

IBIPAR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

IBIPAR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ibipar S.A.
Governador Valadares – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Ibipar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibipar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para pequenas e médias empresas”.

Base para opinião com ressalva

Limitações no escopo de auditoria relacionadas a títulos a receber e comprovantes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava na rubrica “Contas a receber” o valor de R\$ 4.041.572. No entanto, o relatório apresentado continha apenas saldos sumarizados, o que impediu a realização do teste de *aging list* para análise dos títulos vencidos. Adicionalmente, para o teste de seleção de vouchers, foram fornecidas unicamente planilhas de composição, sem a apresentação de documentos comprobatórios. Além disso, o relatório exibiu valores negativos, para os quais não foi possível obter explicações plausíveis junto ao cliente. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a adequação e a integridade dos saldos apresentados nos títulos a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Limitação dos saldos com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava na Rubrica “Partes relacionadas” o valor de R\$ 19.773.520 no ativo circulante e não circulante. Deste montante, o saldo de R\$ 10.151.639 refere-se a transações financeiras com membros da Administração-chave. A Companhia não apresentou determinadas divulgações conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes a: (i) resultado e natureza das operações com membros da Administração-Chave; e (ii) divulgações relacionadas à transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a Companhia e membros da Administração-Chave. Desta forma, não pudemos nos assegurar sobre a razoabilidade das referidas divulgações não efetuadas, bem como dos saldos registrados no ativo e seus reflexos no resultado do exercício.

Limitação dos saldos do ativo imobilizado

Durante o exercício de 2024, a diretoria da Companhia contratou uma empresa terceirizada para emissão de laudo técnico para revisar a vida útil das classes de ativos imobilizados, conforme exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC PME – Seção 17: Ativo Imobilizado. O laudo técnico recomendou ajustes nas taxas de depreciação, na vida útil remanescente e no valor depreciável dos ativos. Contudo, a Companhia optou por manter as taxas de depreciação fiscais para fins contábeis, não adotando as alterações propostas no laudo. Essa decisão diverge das disposições do CPC PME, que determina a revisão periódica da vida útil dos ativos e o reconhecimento contábil de mudanças nas estimativas, conforme estabelecido na Seção 10 – Políticas Contábeis, Estimativas e Erros. Consequentemente, não foi possível quantificar os impactos que a adoção das taxas de depreciação e do valor depreciável sugeridos pelo laudo teria sobre o saldo do ativo imobilizado, depreciação acumulada e os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Divergência não conciliada de empréstimos e financiamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia possui registrado na Rubrica “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante e não circulante, o montante de R\$ 37.824.248 em 31 de dezembro de 2024. Durante os procedimentos de auditoria, foram identificadas divergências nas respostas de circularização recebidas em comparação com os saldos contábeis registrados. Especificamente, as respostas de circularização indicaram os seguintes valores divergentes em relação aos saldos contábeis: (i) DPR Vendor com R\$ 2.488.489, e (ii) Livetech com R\$ 1.316.305. Essas divergências não foram reconciliadas pela Companhia até a data de conclusão de nossos trabalhos de auditoria. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria, que nos possibilitassem concluir sobre os saldos apresentados em Empréstimos e Financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Ajustes de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2024, a diretoria da Companhia identificou ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 5.815.819, que foram contabilizados na rubrica de “Ajuste de exercícios anteriores” em contrapartida à conta de impostos e contribuições. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que correções de erros sejam contabilizadas contra as contas impactadas pelo erro e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas de forma a refletir a referida correção. A diretoria da Companhia não efetuou os ajustes de forma retrospectiva, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e esse efeito está apresentado indevidamente na rubrica “Ajuste de exercícios anteriores” no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia apresentou no exercício de 2024, passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 32.142.148, prejuízo líquido de R\$ 9.250.000, prejuízo acumulado de R\$ 13.230.138 e patrimônio líquido negativo de R\$ 7.096.030. A diretoria, por meio de seu planejamento estratégico e operacional, busca a expansão e o fortalecimento de sua base de clientes, a captação de recursos junto a terceiros e a partes relacionadas, visando equalizar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Adicionalmente, eventos futuros podem modificar a estratégia da diretoria, e essas condições, juntamente com os aspectos descritos anteriormente no que se refere ao passivo a descoberto, podem gerar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 30 de setembro de 2025.

IBIPAR S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	184.588	417.868	Empréstimos e financiamentos	11	23.996.098	17.985.731
Contas a receber	6	4.041.572	5.853.542	Fornecedores	12	2.565.651	1.831.245
Estoques	-	91.911	-	Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.617.161	1.369.320
Impostos a recuperar	-	376.810	2.577	Impostos e contribuições	14	10.081.733	10.805.511
Partes relacionadas	7	628.307	628.307	Adiantamento de Clientes	-	89.931	-
Outros ativos circulantes	8	1.007.667	773.466	Outros passivos circulantes	15	122.429	221.354
		6.330.855	7.675.760			38.473.003	32.213.161
Não circulante				Não circulante			
Outros ativos não circulantes	8	27.796	3.196	Empréstimos e financiamentos	11	13.828.150	9.561.488
Partes relacionadas	7	19.145.213	16.591.436	Fornecedores	12	1.968.591	81.930
Investimentos	-	300	-	Impostos e contribuições	14	13.585.622	17.903.845
Imobilizado	9	32.938.330	30.557.382			29.382.363	27.547.263
Intangível	10	2.316.842	1.270.801	Patrimônio líquido negativo			
		54.428.481	48.422.815	Capital Social	17.1	6.134.108	6.134.108
				Prejuízos acumulados	-	(13.230.138)	(9.795.957)
						(7.096.030)	(3.661.849)
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido negativo			
		60.759.336	56.098.575			60.759.336	56.098.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBIPAR S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	18	53.093.767	47.532.773
Custos dos serviços prestados	19	(22.931.751)	(21.133.400)
Lucro bruto		30.162.016	26.399.373
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	19	(25.850.816)	(17.938.971)
Despesas tributárias	19	(2.997.713)	(7.287.611)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	-	164.568	1.453.943
		(28.683.961)	(23.772.639)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.478.055	2.626.734
Receitas financeiras	20	958.949	564.242
Despesas financeiras	20	(11.687.004)	(9.208.239)
Resultado financeiro		(10.728.055)	(8.643.997)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.250.000)	(6.017.263)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(320.213)
		-	(320.213)
Prejuízo do exercício		(9.250.000)	(6.337.476)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBIPAR S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(9.250.000)	(6.337.476)
Resultado abrangente total do exercício	(9.250.000)	(6.337.476)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

IBIPAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.100.000	(3.458.481)	(2.358.481)	3.211.100	852.619
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	75.000	75.000
Integralização de capital social com AFAC	3.286.100	-	3.286.100	(3.286.100)	-
Integralização de capital	1.748.008	-	1.748.008	-	1.748.008
Prejuízo do exercício	-	(6.337.476)	(6.337.476)	-	(6.337.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.134.108	(9.795.957)	(3.661.849)	-	(3.661.849)
Prejuízo do exercício	-	(9.250.000)	(9.250.000)	-	(9.250.000)
Ajustes de exercícios anteriores	-	5.815.819	5.815.819	-	5.815.819
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.134.108	(13.230.138)	(7.096.030)	-	(7.096.030)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBIPAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(9.250.000)	(6.337.476)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes do resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível	2.830.132	2.493.332
Constituição/(reversão) de provisão para devedores duvidosos	3.249.518	1.005.004
Ajustes de exercícios anteriores	5.815.819	-
	2.645.469	(2.839.140)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.437.548)	(2.579.060)
Estoques	(91.911)	-
Impostos a recuperar	(374.233)	(2.577)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(258.801)	(42.548)
	(2.162.493)	(2.624.185)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	2.621.067	(6.081.010)
Obrigações sociais e trabalhistas	247.841	381.746
Impostos e contribuições	(5.042.001)	10.779.279
Adiantamento de Clientes	89.931	-
Outros passivos circulantes	(98.925)	34.595
	(2.182.087)	5.114.610
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.699.111)	(348.715)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(6.145.878)	(3.492.279)
Participações societárias	(300)	-
Consórcios em andamento	(111.243)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(6.257.421)	(3.492.279)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	-	1.823.008
Aporte de recursos para futuro aumento de capital	-	-
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas	1.521.749	(19.638.091)
Pagamento de empréstimos bancários	(9.636.425)	(31.479.781)
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas	(4.075.526)	11.141.454
Captação de empréstimos bancários	19.913.454	42.358.900
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	7.723.252	4.205.490
(Redução)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(233.280)	364.496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	417.868	53.372
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	184.588	417.868
(Redução)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(233.280)	364.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Tecnoserve Provedores Digitais Ltda. é uma entidade limitada com fins lucrativos, em 2024, a companhia advém de estruturação societária, onde deixa de ser uma entidade limitada e passa a ser uma sociedade por ações e reconhecida no mercado como IBIPAR S.A. que doravante poderá ser referida apenas como “IBI INTERNET” ou “Companhia”, com sede na Rua Henrique Bahia, 123 – Governador Valadares – Minas Gerais – MG, que explora atividade de serviços de comunicação e multimídia, operadoras de televisão por assinatura por cabo e satélite, provedores de acesso às redes de comunicações, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico, manutenção e outros serviços de informação da internet, promoção de vendas, aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios e atividades de cobranças e informações cadastrais.

A Companhia não possui ações em outras sociedades, como também não é controlada por qualquer outra, a não ser por seus administradores, possuindo a empresa filiais nos municípios de Caravelas, Governador Valadares, Juiz de Fora e Timoteo todas localizadas no Estado de Minas Gerais.

Os serviços ofertados pelas empresas de Telecomunicações bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. A Tecnoserve, possui licenças de SCM (Serviços de Comunicação Multimídia) além de SEAC (Serviços de Acesso Condicionado).

1.1. Continuidade operacional e o patrimônio líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa apresentou prejuízo de R\$ 9.250.000 (prejuízo de R\$ 6.337.476 em 2023) e apresentava passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 32.142.148 (R\$ 24.537.402 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia prevê, dentre outras, as ações listadas a seguir para cumprimento de suas obrigações de curto prazo:

- Ajustes nos custos e despesas operacionais no exercício de 2025 para melhora da geração de caixa próprio;
- Negociação de linhas de créditos com as instituições financeiras Sicredi e Sicoob;
- Negociação com FIDCs para cobertura de caixa a curto prazo.

Aprovação da emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela diretoria em 30 de setembro de 2025.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis

Este conjunto de demonstrações contábeis foi preparado pela Empresa de acordo com o CPC PME (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Conselho Federal De Contabilidade (CFC). As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Ativos financeiros

a. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”);
- (iii) Valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela diretoria.

c. Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- (iii) Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- (iv) Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos não são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos (quando existentes) são reconhecidos como despesa no resultado no período em que são incorridos.

d. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b. Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras (quando existentes) são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como receita ou despesa financeira.

3.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a perdas estimadas de créditos em liquidação duvidosa (PECLD).

O reconhecimento das perdas estimadas de créditos em liquidação duvidosa é apresentado em linha separada na demonstração do resultado. A Companhia tem como Política para o registro de provisão para devedores duvidosos o prazo de 90 (noventa) dias do vencimento, e quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são, em geral, revertidas contra a baixa definitiva do título.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em um montante considerado suficiente pela diretoria para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, com base no período em que os valores se encontram vencidos.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela diretoria.

Os valores residuais, a vida útil, e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

As taxas de depreciação do ativo imobilizado são os seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos Dwdm	25
Veículos	5
Máquinas e Equipamentos	5 a 10
Fibra Ótica	30
Caixas De Cabos Óticos	30
Equipamentos de Informática	5 a 10
Equipamentos de Ancoragem	30
Conectores	10
Ferramentas	5 a 10
Móveis e Utensílios	5 a 10
Equipamentos Olt	25
Roteadores Wifi	5 a 10
Roteadores De Borda	25
Equipamentos Elétricos	5 a 10
Equipamentos De Comunicação	5 a 10
Equipamentos Eletrônicos	5 a 10
Racks	10
Onu	15
Equipamentos De Telefonia	5 a 10
Softwares Para Onu	15
Softwares Roteadores De Borda	25
Softwares Para Dwdm	25

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados da Companhia, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação. A avaliação de *impairment* anual é realizada pela Empresa.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7. Intangível

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As licenças avaliadas com vida útil definida são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de um a dez anos.

3.8. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de maneira confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(a) Venda de serviços

A Companhia reconhece a receita de serviços quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado de maneira confiável;
- (ii) É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Companhia;
- (iii) O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de maneira confiável; e
- (iv) Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de maneira confiável.

A receita com a prestação de serviços é reconhecida com base no relatório de consumo do serviço dos contratos assinados entre a Companhia e seus clientes. Mede-se mensalmente a prestação do serviço através de relatórios de conexão com a internet ativo por assinante, e tão somente a prestação do serviço do mês apurado tem sua receita reconhecida, ainda que haja contrato de prestação de serviço entre Companhia e Cliente vigente em meses subsequentes ao aferido.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

3.11. Benefícios a funcionários

a. Benefícios de demissão

A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

b. Participação nos lucros e bônus

Quando aplicável, o reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

3.12. Tributos sobre o lucro

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo a despesa ou crédito com Imposto de Renda e Contribuição Social representa no resultado da Companhia refere-se a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente, baseada na apuração do lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As alíquotas aplicáveis ao Lucro tributável são de 25% para o Imposto de Renda (IR) e de 9,0% para a Contribuição Social (CS).

3.13. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar, por meio de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis e avaliação de valores recuperáveis do ativo imobilizado, avaliação de passivos contingentes e para impostos incidentes sobre operações e os lucros, provisões necessárias para redução de ativos e passivos aos valores de efetiva realização e outras similares. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores estimados.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e a Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado.

A Companhia não aplica em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio, destacam-se:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

O controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento.

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras e valores a receber das operações. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento, com liquidez diária.

Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos da Rubrica “caixa e equivalentes de caixa” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023
Bancos conta movimento	149.811	397.187
Aplicações financeiras	34.777	20.681
	<u>184.588</u>	<u>417.868</u>

As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O rendimento desse índice variou entre 10,88% em 2024 e 13,04% em 2023, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são classificadas conforme a seguir. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo:

	2024	2023
Clientes nacionais	8.999.180	7.561.632
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(4.957.608)	(1.708.090)
	<u>4.041.572</u>	<u>5.853.542</u>

A Companhia constituiu PECLD (Provisão para Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando os clientes em atraso por mais de 180 dias.

A idade dos títulos que compõem o saldo de contas a receber ficou assim representado:

	2024	2023
A vencer	3.093.887	5.853.542
Vencidos até 30 dias	151.707	-
Vencidos de 31 a 60 dias	147.686	-
Vencidos de 61 a 90 dias	164.637	-
Vencidos há mais de 90 dias	483.655	1.708.090
	<u>4.041.572</u>	<u>7.561.632</u>

A movimentação da provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa em 2024 é apresentada como segue:

	Valor
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(1.708.090)
(-) Constituição de provisão para devedores duvidosos	(3.249.518)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	<u>(4.957.608)</u>

7. Partes relacionadas

Os saldos da Rubrica "Partes relacionadas" estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023
IBI Telecom Ltda.	3.806.450	3.701.433
Antônio José Matias	10.151.639	8.877.222
Sc Manutenção E Reparações Ltda.	404.551	369.309
Ultra Comercio e Serviços	5.298.179	4.162.679
Pedro Henrique Matias	109.000	109.000
Ibipar Participações Ltda.	3.700	100
	<u>19.773.520</u>	<u>17.219.743</u>
Partes relacionadas - Ativo Circulante	628.307	628.307
Partes relacionadas - Ativo Não Circulante	19.145.213	16.591.436

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

8. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os saldos da Rubrica “Outros ativos” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	670.674	682.518
Adiantamentos a funcionários	29.428	9.571
Caução de aluguéis	27.796	3.196
Outros adiantamentos	307.565	81.377
	<u>1.035.463</u>	<u>776.662</u>
Outros ativos - Circulante	1.007.667	773.466
Outros ativos - Não Circulante	27.796	3.196

IBIPAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

9. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Fibra ótica / Caixa e cabos óticos	ONU (Optical Network Units)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Racks e roteadores	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.715.654	7.431.645	5.319.563	429.098	1.425.041	256.660	1.872.670	29.450.331
Aquisição	979.132	341.297	1.917.084	-	36.644	120.943	97.179	3.492.279
Depreciação	(759.647)	(419.514)	(736.784)	(128.202)	(96.025)	-	(245.056)	(2.385.228)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.935.139	7.353.428	6.499.863	300.896	1.365.660	377.603	1.724.793	30.557.382
Aquisição	-	-	-	-	-	-	5.082.128	5.082.128
Depreciação	(867.624)	(453.174)	(877.538)	(152.479)	(102.341)	-	(248.024)	(2.701.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.067.515	6.900.254	5.622.325	148.417	1.263.319	377.603	6.558.897	32.938.330
Custo Total	15.196.243	8.611.303	8.426.301	902.010	1.673.683	377.603	7.502.334	42.689.477
Depreciação acumulada	(3.128.728)	(1.711.049)	(2.803.976)	(753.593)	(410.364)	-	(943.437)	(9.751.147)
Valor contábil	12.067.515	6.900.254	5.622.325	148.417	1.263.319	377.603	6.558.897	32.938.330
Taxa anual de depreciação:	3,33%	6,66%	3,33% a 20%	20%	4% - 20%	-	10% - 20%	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

10. Intangível

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

Custo ou avaliação	Softwares	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.378.904	1.378.904
Amortização	(108.103)	(108.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.270.801	1.270.801
Aquisição	1.174.991	1.174.991
Amortização	(128.950)	(128.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.316.842	2.316.842
Custo total	2.800.555	2.800.555
Amortização acumulada	(483.713)	(483.713)
Valor contábil	2.316.842	2.316.842
Taxa anual de depreciação:	6,67%	-

11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Encargos financeiros - %	2024	2023
Moeda nacional			
Empréstimos a pagar	10,74% - 30,94% a.a	15.033.116	8.284.278
Financiamentos a pagar	6,42% - 20,46% a.a	18.034	90.747
Duplicatas descontadas / FIDC	22,99% - 32,14% a.a	15.443.338	11.794.081
Empréstimo mútuo a pagar	42,57% - 66,49% a.a	7.104.816	7.244.043
Outros empréstimos a pagar	24,5% - 33,0% a.a	224.944	134.070
		37.824.248	27.547.219
Empréstimos e financiamentos - Passivo circulante		23.996.098	17.985.731
Empréstimos e financiamentos - Passivo não circulante		13.828.150	9.561.488

a) Composição de empréstimos e financiamentos a vencer em 31 de dezembro de 2025:

Ano	R\$
2026	8.062.131
2027	3.082.122
2028	2.011.075
2029	672.822
	13.828.150

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2024	2023
Saldos em 1º de Janeiro	27.547.219	16.668.100
(+) Captação	19.913.454	42.358.899
(-) Pagamento	(9.636.425)	(31.479.780)
(+) Juros Provisionados	2.756.368	2.700.909
(-) Juros Pagos	(2.756.368)	(2.700.909)
Saldo em 31 de Dezembro	37.824.248	27.547.219

As garantias são alienação fiduciária de bens, aval dos sócios, caução de recebíveis e de direitos creditórios. Não há cláusulas de covenants vinculadas aos empréstimos acima.

12. Fornecedores

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2024	2023
Fornecedores nacionais	2.565.650	2.058.893
DPR Telecomunicações Ltda.	1.967.512	86.602
Livetech da Bahia Industria e Com. S.A.	1.080	-
(-) Juros a Transcorrer sobre DPR	-	(232.320)
	4.534.242	1.913.175
Fornecedores - Passivo circulante	2.565.651	1.831.245
Fornecedores - Passivo não circulante	1.968.591	81.930

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023
Salários a pagar	427.323	394.891
INSS a pagar	184.480	175.152
FGTS a pagar	62.080	57.610
Provisão de férias e encargos	943.278	740.267
Outros obrigações sociais a pagar	-	1.400
	1.617.161	1.369.320

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

14. Impostos e contribuições

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2024	2023
ICMS a recolher	1.975.370	1.821.896
PIS a recolher	646.598	396.716
COFINS a recolher	2.995.330	1.836.245
ISS a recolher	43.659	39.178
Fust / Funttel a recolher	63.629	71.703
IRPJ a recolher	1.118.181	1.118.181
CSLL a recolher	415.505	415.505
Parcelamentos Federais a recolher	6.278.159	6.747.091
Parcelamentos Estaduais a recolher	10.121.709	16.241.968
Outros impostos a recolher	9.215	20.873
	<u>23.667.355</u>	<u>28.709.356</u>
Impostos e contribuições - Passivo circulante	10.081.733	10.805.511
Impostos e contribuições - Passivo não circulante	13.585.622	17.903.845

15. Outros passivos circulantes

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023
Energia elétrica a pagar	-	35.354
Alugueis	7.918	19.290
Cartão corporativo a Pagar	114.510	166.710
	<u>122.428</u>	<u>221.354</u>

16. Provisão para contingências

Conforme determina a Seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do CPC PME (R1), não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis ou possíveis em 31 de dezembro de 2024.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito da Sociedade é de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), dividido em 10.000.000 (dez milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, estando parcialmente integralizadas no montante de R\$ 6.134.108 (seis milhões, cento e trinta e quatro mil e cento e oito Reais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

O Capital Social integralizado está demonstrado como segue:

Quotista	Quant. Quotas	% Participação	Valor Nominal (R\$)
Ibipar Participações Ltda.	6.134.108	100%	6.134.108
	6.134.108	100%	6.134.108

Em 15 de julho de 2024 foi protocolado na junta comercial de Minas Gerais a alteração societária da Companhia, com a transformação da Sociedade sob forma de sociedade por ações de capital fechado, com o nome empresarial IBIPAR S.A., sem alterações da participação societária demonstrada no quadro acima até a data de aprovação destas demonstrações contábeis.

18. Receita operacional líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida de serviços prestados é apresentada como segue:

Descrição	2024	2023
Receita operacional bruta		
Prestações de serviços de telecomunicação	39.224.365	35.094.154
Prestações de serviços de avalor adicionado	25.226.499	22.566.468
Outras	950	-
	64.451.814	57.660.622
Tributos incidentes sobre serviços		
(-) PIS não cumulativo	(626.210)	(560.508)
(-) COFINS não cumulativa	(2.886.322)	(2.583.487)
(-) ICMS	(6.874.244)	(6.118.423)
(-) ISSQN sobre serviços prestados	(503.705)	(447.063)
(-) FUST / FUNTTEL	(467.566)	(418.368)
	(11.358.047)	(10.127.849)
	53.093.767	47.532.773

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

19. Custos e despesas por natureza

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2024	2023
Custos dos serviços prestados		
Custo com transportes de dados	(2.138.045)	(2.346.863)
Custo com material aplicado na prestação de serviços	(857.537)	(1.912.307)
Custo com aluguéis	(11.072.683)	(8.486.196)
Custo de infraestrutura	(510.316)	(378.624)
Custo com depreciação e amortizações	(1.701.744)	(2.081.294)
Custo com frota	(589.117)	(466.660)
Custo com tecnologia da informação	(212.117)	(4.042)
Custo com serviços contratados	(4.016.718)	(2.576.304)
Custo com pessoal	(1.833.474)	(2.881.110)
	<u>(22.931.751)</u>	<u>(21.133.400)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Gastos com pessoal	(10.883.555)	(7.542.503)
Serviços terceirizados	(9.149.153)	(7.058.434)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(3.249.518)	(1.005.004)
Aluguéis e arrendamentos	(768.859)	(523.016)
Depreciação do ativo imobilizado	(591.925)	(241.862)
Outras despesas administrativas e gerais	(1.207.806)	(1.568.152)
	<u>(25.850.816)</u>	<u>(17.938.971)</u>
Despesas tributárias		
Multa e juros de parcelamentos tributários	(1.938.426)	(6.742.648)
IPTU / IPVA	(38.682)	(49.225)
ICMS diferencial de alíquota	(715.136)	(450.662)
Outras despesas tributárias	(305.469)	(45.076)
	<u>(2.997.713)</u>	<u>(7.287.611)</u>
	<u>(51.780.280)</u>	<u>(46.359.982)</u>
Custos dos serviços prestados	(22.931.751)	(21.133.400)
Despesas administrativas e gerais	(25.850.816)	(17.938.971)
Despesas tributárias	(2.997.713)	(7.287.611)
	<u>(51.780.280)</u>	<u>(46.359.982)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

20. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras decorrentes de:		
Rendimento aplicações financeiras	301	374
Descontos obtidos	3.228	1.634
Juros ativos	579.577	562.234
Outras receitas financeiras	375.843	-
	<u>958.949</u>	<u>564.242</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Juros passivos	(6.148.647)	(4.070.171)
Encargos cessão direitos creditórios - FIDC	(4.167.137)	(3.382.747)
Tarifas e despesas bancárias	(681.683)	(668.485)
Multa e juros por atraso no pagamento	(514.011)	(1.022.787)
Outras despesas financeiras	(175.526)	(64.049)
	<u>(11.687.004)</u>	<u>(9.208.239)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(10.728.055)</u>	<u>(8.643.997)</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia calculou a provisão para imposto de renda e contribuição social com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pelo regime do lucro real.

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições também estão sujeitos a estas condições, nos termos da legislação aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

A reconciliação da alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social pode ser assim demonstrada:

	2024	2023
Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto		
Resultado contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.250.000)	(6.017.263)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões permanentes		
(+) Adições	-	1.445.196
(-) Exclusões	-	(1.054.644)
(=) Lucro Real Antes da Compensação	(9.250.000)	(5.626.711)
(-) Compensação de Prejuízos	-	418.757
(=) Lucro Real	(9.250.000)	(5.207.954)
Alíquota de 15%	-	(146.565)
Adicional de 10% (Acima de 240.000)	-	(85.710)
Contribuição Social sobre o Lucro (9%)	-	(87.938)
Total imposto de renda e contribuição social (i)	-	(320.213)
Alíquota efetiva	0,00%	22,91%

- (i) Em 2023, a Companhia apresentou lucro contábil no segundo e quarto trimestre do exercício, totalizando um lucro real de R\$ 977.098 e IR e CS no valor de R\$ 320.213 reconhecido e demonstrado no balanço, já no primeiro e no terceiro um prejuízo de R\$ 7.022.565 e um IR e CS diferido no valor de R\$ 1.711.245, a Companhia não reconhece imposto de renda e contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal de Imposto de Renda e base negativa da contribuição social, uma vez que não possui histórico de base de tributação.

22. Seguros

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Antônio José Matias de Souza
Sócio Administrador

Ellen Silva de Souza Alves
Contadora
CRC 1 MG 124186/O